

Transtorno do Espectro Autista e experiências parentais: contribuições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Leonídia Aparecida Pereira da Silva

Nádia Maria Ribeiro Salomão

Fabiola de Sousa Braz Aquino

RESUMO

Este artigo tem como intuito apresentar pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de modo a articulá-los às experiências parentais nos cuidados ao filho com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando não apenas as dificuldades, mas também as potencialidades de adaptação e de superação. A relevância dessa proposta favorece a compreensão acerca dos aspectos conceituais da TBDH que viabilizam uma análise acerca das condições e dos processos que podem atuar nas vivências de pais e mães de crianças com diagnóstico de autismo, além de trazer contribuições importantes para a compreensão das interinfluências no desenvolvimento humano. Desse modo, sugere-se a utilização de fichas de caracterização e de entrevistas em estudos com o intuito de compreender em sua profundidade de sentidos, as experiências parentais no cotidiano de cuidados a crianças com TEA. Acredita-se que desta maneira, é possível acessar informações importantes que possam auxiliar os pais em suas práticas parentais e no próprio desenvolvimento infantil, além de contribuir com a qualificação do acompanhamento profissional direcionado ao binômio pais-filho.

Palavras-chave: cuidados parentais; Transtorno do Espectro Autista; criança; relações familiares; desenvolvimento humano.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder and Parental experiences: contributions of the Bioecological Theory of Human Development

This article aims to present theoretical-methodological assumptions of the Bioecological Theory of Human Development (TBDH) in order to articulate them with parental experiences in caring for a child with Autism Spectrum Disorder (ASD), considering not only the difficulties, but also the potential for adaptation and overcoming. The relevance of this proposal favors the understanding of the conceptual aspects of TBDH that enable an analysis of the conditions and processes that can act in the experiences of fathers and mothers of children diagnosed with autism, in addition to bringing important contributions to the understanding of the inter-influences on the human development. Thus, it is suggested the use of characterization sheets and interviews in studies with the aim of understanding in their depth of meaning, parental experiences in the daily care of children with ASD. It is believed that in this way, it is possible to access important information that can help parents in their parenting practices and in their own child development, in addition to contributing to the qualification of professional monitoring aimed at the parent-child binomial.

Keywords: child rearing; Autism Spectrum Disorder; child; family relations; human development.

Sobre os Autores

L. A. P. S.
orcid.org/0000-0002-0382-3315
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB) – João Pessoa, PARAÍBA
(PB)
leonidiapereira1@gmail.com

N. M. R. S.
orcid.org/0000-0003-1305-7762
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB) – João Pessoa, PARAÍBA
(PB)
nmrs@uol.com.br

F. S. B. A.
orcid.org/0000-0003-1305-7762
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB) – João Pessoa, PARAÍBA
(PB)
autorbrito@email.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



O Transtorno do Espectro Autista (TEA) corresponde a um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits na interação social e na comunicação, associados à presença de padrões de comportamentos e interesses restritos e repetitivos. Os sinais de alerta se manifestam de formas variáveis e comumente, iniciam-se antes dos três anos de idade (Associação Americana de Psiquiatria [APA], 2014; Jendrieck, 2014).

Perante a consolidação do diagnóstico, geralmente ocorre um abalo na dinâmica e nas relações familiares frente à diversidade de sentimentos que podem se fazer presentes, tais como medo, insegurança, frustração, ansiedade, culpa, emergindo em alguns familiares, falta de esperança e sentimentos depressivos (Bonfim et al., 2020; Hofzmann et al., 2019; Machado et al., 2018). Ressalta-se que geralmente é vivenciado um processo de negação enquanto tentativa de fuga da situação (Pinto et al., 2016; Mapelli et al., 2018; Minatel & Matsukura, 2014).

Outra repercussão significativa relacionada à confirmação do diagnóstico de autismo, diz respeito ao sofrimento relativo à perda do filho idealizado em detrimento da realidade imposta pelas características do autismo na criança (Machado et al., 2018; Riccioppo et al., 2021). Fazendo com que a família seja convocada a vivenciar o luto da criança idealizada para que seja possível o estabelecimento do relacionamento com o filho real que recebeu o diagnóstico de autismo (Machado et al., 2018; Santos et al., 2019).

Enfatiza-se também que as características do autismo podem gerar prejuízos significativos no funcionamento social da criança, podendo se tornar fonte de cuidados e de preocupações familiares constantes, convergindo para gerar uma reorganização familiar com vistas a atender as suas necessidades. A principal alteração na dinâmica familiar consiste em tornar prioridade para os pais os cuidados com o filho com TEA (Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018; Minatel & Matsukura, 2014; Monhol et al., 2021; Pinto et al., 2016; Silva, 2023).

O pressuposto de que a família é o contexto primário do desenvolvimento humano faz com que tais desafios sejam apresentados a ela por se constituir enquanto o principal microsistema no qual a criança estabelece relações significativas e estáveis (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Em especial, esses desafios afetam as figuras parentais e, sobretudo as mães, uma vez que a literatura da área demonstra que na maioria das vezes, a figura materna é quem assume o papel de cuidadora principal da criança. (Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018; Pinto et al., 2016; Portes & Vieira, 2020; Sifuentes & Bosa, 2010; Silva, 2023).

Nessa perspectiva, as figuras parentais, além de propiciar cuidado, disciplina e a promoção da socialização dos filhos, configuram-se como um modelo para eles e exercem posição central em relação à estimulação para favorecer o desenvolvimento de sua prole (Bronfenbrenner & Morris,

2006). Para entender essas experiências parentais, se faz imperativo compreender o contexto em que as figuras parentais e a criança estão inseridas, a influência das características da criança e do próprio autismo na interação pai, mãe e filho, a relação coparental e com outros familiares, entre outros aspectos. Uma das teorias que auxilia na compreensão desse contexto é a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH).

A relevância desse modelo teórico consiste em auxiliar na compreensão dos aspectos conceituais da TBDH que viabilizam uma análise acerca das condições e dos processos que podem atuar nas vivências de pais e mães de crianças com diagnóstico de autismo, além de trazer contribuições importantes para a compreensão das interinfluências no desenvolvimento humano. Desse modo, possibilita-se explorar os aspectos pessoais, ambientais, bem como a relação da pessoa com o ambiente e as mudanças ao longo do tempo, uma vez que apresenta como principal pressuposto o fato de que o desenvolvimento humano sofre a influência de fatores individuais e ambientais que se relacionam de maneira mútua (Silva et al., 2016).

Em vista disso, o objetivo geral deste estudo é apresentar pressupostos teórico-metodológicos da TBDH, de modo a articulá-los às experiências parentais nos cuidados direcionados ao filho com diagnóstico de autismo, levando em consideração não apenas as dificuldades, mas também as potencialidades de adaptação e de superação. Este movimento é importante para interpretar essa vivência, pois considera o desenvolvimento como um processo multideterminado, influenciado por diferentes fatores interdependentes que podem atuar como facilitadores ou dificultadores com os quais os pais se deparam em suas vivências cotidianas de cuidados ao filho com TEA ao longo do seu desenvolvimento.

CONCEPÇÕES PARENTAIS E EVIDÊNCIAS PUBLICADAS EM ESTUDOS RECENTES SOBRE A PARENTALIDADE NO CONTEXTO DO TEA

O estudo das concepções parentais evidencia indicativos importantes para compreender o sentido que os pais atribuem ao diagnóstico de autismo e sua relação com a tomada de decisões, uma vez que as concepções tem o potencial de motivar, prever, modificar e explicar as condutas parentais reguladoras das interações entre a criança e o ambiente (Borges & Salomão, 2015). Harrington et al. (2006), pontua que as concepções podem contribuir na formulação de “teorias” parentais sobre o autismo, abrangendo inclusive adesão ao tratamento, possibilidades de lidar com o diagnóstico e a formulação de expectativas futuras.

A construção das concepções parentais consiste em um processo complexo cuja constituição sofre influências não somente das fontes de informação sobre o TEA, mas também dos contextos sociocultural, econômico e histórico nos quais a família está inserida (Borges & Salomão, 2015). Em

conformidade com Semensato e Bosa (2017) uma das situações que tende a ser mais crítica para os pais se refere às dificuldades no desenvolvimento dos filhos, evidenciando a realidade imposta pelo autismo. Cabendo mencionar a influência que as próprias características do autismo exercem sobre as concepções parentais, podendo ser interpretadas de maneiras diferentes pelos pais.

Em face ao que foi exposto, chama-se a atenção para as vivências parentais influenciadas pela realidade das características do autismo que são evidenciadas pela literatura que aborda essa temática. Em um primeiro momento, enfatiza-se o impacto inicial gerado pela trajetória diagnóstica que é marcada pela identificação, por parte da família, de alguns comportamentos da criança que são incomuns e/ou agressivos em determinadas situações, direcionando o olhar dos pais para o diagnóstico (Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018).

No entanto, segundo Bonfim et al. (2020) deve-se considerar o fato de que a escola também desempenha um papel significativo para estimular uma investigação diagnóstica. A sua importância se destaca sobretudo nos casos em que existe dificuldade por parte da família em perceber os primeiros sinais de alerta de autismo apresentados pelas crianças. Além da escola, em instituições de saúde, por exemplo, alguns profissionais percebem as alterações e geralmente alertam os pais para a necessidade de avaliá-las (Jendrieck, 2014).

Em geral, constam entre os principais sinais de alerta de autismo assinalados pela literatura da área que são identificados e que estimularam a busca por uma avaliação especializada: isolamento e dificuldade de interação na escola ou em outros espaços sociais (Bonfim et al., 2020; Hofzmann et al., 2019; Mapelli et al., 2018), comportamentos diferentes do esperado para a idade, entre eles: ausência ou atraso na fala (Bonfim et al., 2020; Hofzmann et al., 2019; Machado et al., 2018) e retrocesso de habilidades sociais (Bonfim et al., 2020).

Enfatiza-se ao abordar os significados em torno da confirmação do diagnóstico que se trata de um acontecimento geralmente caracterizado enquanto estressor e marcante para os familiares. Tal notícia tende a gerar sentimentos ambíguos que variaram entre tristeza, sofrimento, choque, desespero, frustração, negação, medo e alívio por finalmente obter uma resposta que explica as características e dificuldades que se apresentam. Vale ressaltar que o medo gerado é frequentemente atribuído ao desconhecimento sobre o quadro e sobre os impactos no futuro do filho (Bonfim et al., 2020; Hofzmann et al., 2019; Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018; Pereira et al., 2017; Riccioppo et al., 2021; Weissheimer et al., 2021).

Outro aspecto salientado em estudos realizados com foco nessa temática, evidenciou que os familiares se sentiram pouco esclarecidos sobre o TEA, devido à falta ou

insuficiência de explicações por parte dos profissionais que comunicaram o diagnóstico (Bonfim et al., 2020; Hofzmann et al., 2019; Mapelli et al., 2018; Rendon et al., 2019; Silva, 2023). Diante da falta de acesso a informações claras e orientações profissionais, Machado et al. (2018) e Mapelli et al. (2018) identificaram em suas pesquisas que os pais passaram a buscar respostas às suas questões através da internet e da iniciativa de estudar sobre o autismo.

A dificuldade no acesso aos tratamentos também é um motivo de preocupações bastante relatado em pesquisas nessa área, evidenciando o quão demorado pode ser o processo para conseguir acompanhamento profissional em serviços públicos e a sobrecarga econômica gerada quando se faz necessário recorrer a atendimentos particulares (Hofzmann et al., 2019; Machado et al., 2018; Pereira et al., 2017; Silva, 2023). A situação se torna ainda mais desafiadora nos casos em que (co)existem a desigualdade social, o machismo, a baixa escolaridade, a pouca qualificação profissional, a deficiência de políticas sociais e públicas sobretudo nas áreas de assistência social, na saúde e/ou na educação direcionados ao público com diagnóstico de TEA e a seus familiares (Barbosa & Sampaio, 2017; Silva, 2023).

Faz-se importante ressaltar que as características do autismo também geram repercussões na dinâmica e no comportamento parental. Estudos realizados com familiares de crianças com TEA, tem demonstrado que o cotidiano domiciliar e social das famílias tem como prioridade a criança com autismo, procurando atender as suas necessidades. O lugar central que o filho com TEA, passa a ocupar é influenciado pelas características inerentes ao transtorno e pela maneira como os membros da família percebem e lidam com tais especificidades, fazendo com que os pais busquem direcionar uma atenção especial para a criança (Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018; Minatel & Matsukura, 2014; Monhol et al., 2021; Pinto et al., 2016).

A realidade imposta pelo autismo também trouxe repercussões especialmente no âmbito do trabalho e em modificações no papel parental desempenhado. De modo geral, consistiu no abandono do emprego por parte das mães ou na alteração do turno e/ou do seu local de trabalho que passou a ser realizado em casa com o intuito de dedicar-se durante maior período de tempo aos cuidados para com a criança com TEA (Chaim et al., 2020; Hofzmann et al., 2019; Machado et al., 2018; Monhol et al., 2021; Rendon et al., 2019; Silva, 2023); demissão da mãe e dificuldade em conseguir um novo emprego (Hofzmann et al., 2019) e em alguns casos houveram mães que relataram trabalhar com carga horária reduzida (Chaim et al., 2020).

Contudo, é importante problematizar que embora exista a necessidade de adequações dos papéis parentais e uma mobilização da família para dividir as demandas, a centralidade do cuidado geralmente recai sobre a mãe,

gerando sobrecarga e estresse materno. Contexto este fortemente influenciado pela desigualdade de gênero derivada do machismo e do sistema patriarcal e que geralmente leva à uma disparidade na divisão das tarefas parentais que resulta na sobrecarga feminina (Jones et al., 2013; Mapelli et al., 2018; Portes & Vieira, 2020; Powers & Faden, 2019).

A literatura da área também evidencia que nos casos em que a mãe é a cuidadora principal da criança com TEA, as figuras paternas tendem a exercer auxílio ocasional nos cuidados à criança, principalmente quando a figura materna fica impossibilitada de realizar as tarefas (Portes & Vieira, 2020; Riccioppo et al., 2021; Sifuentes & Bosa, 2010). Verifica-se também o auxílio de outros familiares, em especial, são os parentes da mãe (avó e irmãs) (Machado et al., 2018; Pinto et al., 2016). A principal justificativa paterna para se estabelecer essa configuração, diz respeito às responsabilidades financeiras e ocupacionais que são assumidas pelo pai (Mapelli et al., 2018; Pinto et al., 2016; Portes & Vieira, 2020; Sifuentes & Bosa, 2010; Silva, 2023).

Verificou-se também que o convívio social da família pode ser bastante impactado, uma vez que os familiares tendem limitar a sua participação em contextos sociais em que a criança não seja aceita ou onde possa se sentir desconfortável (Hofzmann et al., 2019; Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018; Minatel & Matsukura, 2014; Riccioppo et al., 2021; Sifuentes & Bosa, 2010; Silva, 2023). A família identifica as características da criança com TEA que não correspondem ao socialmente esperado e as situações em que elas geralmente ocorrem, ficando atenta para perceber a repetição de elementos que possam desencadear essas reações na criança (Machado et al., 2018; Minatel & Matsukura, 2014).

Em relação à aceitação ou não da criança com TEA por parte dos demais familiares, se destacou enquanto uma das principais dificuldades vivenciadas pelos pais (Bonfim et al., 2020; Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018; Minatel & Matsukura, 2014; Pinto et al., 2016; Sifuentes & Bosa, 2010; Rendon et al., 2019). Soma-se a isto, a menção relativa à ausência de apoio da própria família e a percepção de que os demais familiares parecem não entender as demandas da criança, desencadeando um sentimento de desamparo e em alguns casos, rupturas de vínculos e de afeição (Machado et al., 2018; Mapelli et al., 2018). Faz-se importante salientar que um dos fatores determinantes para a adaptação familiar diante das repercussões do autismo, é a aceitação do diagnóstico por parte dos familiares (Mapelli et al., 2018).

As próprias dificuldades dos filhos em realizar atividades da vida cotidiana também foram referidas pela literatura como um dos maiores motivos de sobrecarga e de estresse maternos (Chaim et al., 2020; Minatel & Matsukura, 2014; Riccioppo et al., 2021; Sifuentes & Bosa, 2010). O fato de a mãe geralmente se tornar a principal cuidadora da criança

com TEA e de o pai ficar na retaguarda dos cuidados, pode ter contribuído para esse resultado (Machado et al., 2018; Pinto et al., 2016; Sifuentes e Bosa, 2010).

Em conformidade com a pesquisa realizada por Silva e Dessen (2014) acerca das relações familiares em casos de pais que têm filhos com deficiência, pondera-se que existe uma rede complexa de inter-relações entre os diferentes subsistemas familiares. O reconhecimento disto, demanda não só uma atenção às necessidades da família, mas aponta também para a necessidade de buscar compreender como cada familiar vivencia essa experiência. As autoras defendem a ideia de que esta realidade por si só não se configura um evento adverso para o desenvolvimento, estabelecendo-se mais como um possível fator de risco, uma vez que existe uma multiplicidade de vivências que podem ocorrer devido a distintas influências. No entanto, Silva e Dessen (2014) argumentam que devem ser considerados o tipo e as características da deficiência, bem como a qualidade das práticas educativas parentais.

Nesse sentido, notabiliza-se a importância de realizar estudos que visem compreender as experiências de pais e mães no cotidiano de cuidados ao filho com TEA e concorde-se também com Dessen e Costa Junior (2008), ao defender que os estudos dessa natureza devem considerar a inevitável inter-relação entre o desenvolvimento do indivíduo e da família, os padrões de relação específicos de cada fase do desenvolvimento das pessoas envolvidas, as particularidades dos diferentes subsistemas familiares e o contexto sócio-histórico-cultural no qual a família está inserida.

Diante disso, buscar compreender essas experiências parentais ao longo do desenvolvimento da criança com TEA a partir das contribuições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de modo a considerar as concepções parentais torna-se relevante, uma vez que a adoção dos seus conceitos e de suas questões metodológicas, fornece subsídios para a compreensão do fenômeno estudado a partir de uma visão sistêmica.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO PARA A COMPREENSÃO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE PAIS E MÃES DE CRIANÇAS COM TEA

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) foi desenvolvida por Urie Bronfenbrenner e abrange as relações entre os sistemas comportamentais, sociais e fisiológicos. A concepção de desenvolvimento humano nessa teoria, propõe que ele é estimulado ou inibido pelo nível de interação entre as pessoas que atuam por meio de uma diversidade de papéis e pela participação e engajamento em diferentes ambientes (Dessen & Costa Junior, 2008).

De acordo com Bronfenbrenner, o desenvolvimento humano é o resultado de quatro dimensões ou núcleos que se interrelacionam, são eles: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo, constituindo assim, o Modelo PPCT. O núcleo Pessoa

compreende as características individuais do desenvolvimento decorrentes das interações constantes com o ambiente; Processo se refere às interações recíprocas nas quais a pessoa em desenvolvimento participa e que envolvem o meio (outras pessoas, símbolos, objetos); Contexto abrange os ambientes físicos e socioculturais que acomodam as experiências cotidianas e o Tempo diz respeito às fases do desenvolvimento, contexto histórico, frequência e estabilidade de atividades, incluindo a sua rotina e a sua história de vida (Coscioni et al., 2018; Koller et al., 2020).

Bronfenbrenner (2011) descreve que o desenvolvimento humano ocorre em diferentes sistemas que se interrelacionam e que compõem o núcleo Contexto. São eles: Microssistema, que envolve o ambiente físico em que a criança se insere e é onde ela estabelece relações proximais face a face com outras pessoas; o Mesossistema, que contempla relações entre dois ou mais microssistemas em que a criança participa ativamente e a relação estabelecida entre esses ambientes; Exossistema, que diz respeito aos microssistemas em que a criança não participa diretamente, mas que podem exercer influência indireta no ambiente familiar e no desenvolvimento infantil; e o Macrossistema, que consiste nos sistemas institucionais de uma cultura e engloba todos os outros contextos ambientais, envolvendo aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais (Dessen & Costa Junior, 2008; Lemos, 2021)

Considerando a temática abordada nesse artigo, faz-se importante enfatizar que a TBDH distingue as crianças enquanto “pessoas em desenvolvimento”, cujo desenvolvimento acontece em determinado contexto, além de ressaltar as peculiaridades do desenvolvimento experienciadas pelos meninos e pelas meninas (Barbosa & Sampaio, 2017). Para Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento psicológico da criança nos seus primeiros anos de vida é impulsionado pelo seu envolvimento em interações que sejam recíprocas, duradouras e progressivamente mais complexas com pessoas com quem a criança possui um apego emocional mútuo e permanente.

Salienta-se também que o contexto familiar compõe o primeiro microssistema por meio do qual se estabelecem as interações proximais face a face significativas entre as crianças em desenvolvimento e as figuras parentais. É no microcontexto familiar que os pais desenvolvem a função parental, atividade esta que geralmente se estende até que o filho atinja a sua maturidade. Nesse sentido, ainda que outros microssistemas tais como a escola e o trabalho dos pais exerçam ampla influência no desenvolvimento da criança, a família é considerada o microssistema com maior relevância (Dessen & Costa Junior, 2008).

Nos casos em quem a criança apresenta algum tipo de deficiência, o papel da família se torna ainda mais importante, sobretudo no que se refere aos cuidados direcionados a ela (Dessen & Costa Junior, 2008; Londero et al., 2021). Além

disso, exercem posição central no favorecimento do desenvolvimento dos filhos por meio da estimulação (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Essa dinâmica instalada no contexto familiar acontece devido à sua própria configuração enquanto principal microssistema no qual a pessoa em desenvolvimento estabelece relações estáveis e significativas (Dessen & Costa Junior, 2008).

É importante pontuar que ao considerar que a família compõe um microssistema bastante significativo para a Teoria Bioecológica, faz-se relevante levar em conta também os impactos do diagnóstico infantil do autismo na dinâmica e nas relações familiares, de modo a ponderar também os fatores de risco e os de proteção que estejam relacionados. Os fatores de risco envolvem as ameaças ao desenvolvimento que aumentam a possibilidade de provocar problemas. Já os fatores de proteção, abrangem os recursos pessoais ou ambientais que podem ser ativados em contextos de risco (Poletto & Koller, 2008; Seibel, et al., 2017).

Poletto e Koller (2008), alertam para a importância de considerar o caráter de ambivalência dos fatores de risco e de proteção. As autoras exemplificam que o próprio conceito de família pode se constituir tanto como um fator protetivo como de risco, o seu enquadre em um ou em outro, vai depender do contexto, dos processos com os quais ela se relaciona, das relações interpessoais e dos sentidos atribuídos pelo indivíduo.

Nesse sentido, a concepção de desenvolvimento apresentada por Bronfenbrenner está profundamente relacionada com a interação das propriedades do indivíduo e do ambiente, de modo a produzir as mudanças e constâncias que resultam nas características biopsicológicas de uma pessoa (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Caracterizando-se assim, enquanto uma reorganização que decorre de modo contínuo dentro da unidade espaço-tempo e cuja mudança acontece em diferentes níveis: interações com o seu mundo, ações, atividades e percepções da pessoa. (Bronfenbrenner, 1999).

Em face do exposto, merece destaque o papel importante do conceito de transição ecológica que se refere à modificação na posição do indivíduo no seu ambiente ecológico enquanto resultado de uma mudança de papéis, de ambiente e de status, bem como da combinação desses fatores. Especificamente, a transição ecológica pode se apresentar como uma consequência de mudanças ou enquanto uma causadora de processos que acontecem no desenvolvimento (Dessen & Costa Junior, 2008).

O modo como cada família vivenciará cada transição ecológica ao longo do seu ciclo de vida, repercute na própria adaptação da criança. Nesse sentido, a transição da criança tende a ocorrer de forma mais segura quando existe um clima emocional positivo na família. Em contrapartida, um clima negativo ocorre quando não há coesão, falta de resolução dos conflitos, havendo hostilidade e ausência de uma relação

afetiva que seja apoiadora para o desenvolvimento infantil (Guisso & Motta, 2020).

Dito isto, convém enfatizar que estudar o TEA e as experiências parentais a partir da perspectiva da TBDH, demanda do pesquisador uma postura que busque considerar as características pessoais dos pais da criança com o TEA, de modo a considerar também as características da própria criança e da dinâmica familiar. Para tanto, sugere-se a utilização de fichas de caracterização e de entrevistas em estudos com o intuito de compreender em sua profundidade de sentidos, as experiências parentais na criação de crianças com TEA.

Nesse sentido, defende-se que além das características mais comuns dos pais que são utilizadas nas pesquisas (sexo, idade, nível socioeconômico, nível de escolaridade, por exemplo), faz-se importante levar em consideração informações como: estado civil, profissão, rotina, divisão de tarefas entre os pais, saúde física e psicológica, ambientes que frequenta, existência ou não de rede de apoio e percepções parentais sobre as políticas públicas relacionadas ao autismo e, em especial, a proposta pedagógica da escola que deve planejar situações e ambientes de aprendizagem a partir de uma perspectiva inclusiva.

No que se refere à criança com TEA, torna-se relevante considerar, a idade do diagnóstico da criança, nível de comprometimento, características do TEA que ela apresenta, posição na ordem de nascimento, rotina, serviços que frequenta, incluindo uma descrição sobre as intervenções e os profissionais que a atendem e quanto tempo passou com cada profissional e em cada tratamento, além de buscar identificar os ambientes que ela frequenta e sobre a sua vida escolar.

Soma-se a esta postura, a adoção de uma contextualização bioecológica aplicada à realidade vivenciada por pais de crianças com autismo com base em uma revisão de estudos na área, realizada pela autora principal deste artigo. Essa proposta de aplicação da TBDH tem como cerne os processos proximais em conformidade com a ideia de que o uso apropriado dessa teoria, requer um foco nesses processos que por sua vez, incidem em padrões duradouros de interação entre o indivíduo em desenvolvimento e as pessoas, objetos e símbolos que se encontram no microssistema (Barbosa & Sampaio, 2017; Silva et al., 2016). Considerando que o foco deste artigo são as experiências parentais nos cuidados direcionados a crianças que estão no espectro autista, as interações entre pais e filhos com TEA recebem uma atenção especial.

Diante disso, é importante enfatizar que o Modelo PPCT apresenta-se também enquanto uma perspectiva metodológica decorrente do entendimento de Bronfenbrenner e Morris (2006, p. 796) ao defender que “uma boa teoria é aquela que pode ser traduzida em um modelo de pesquisa correspondente que se encaixa com as propriedades que definem a própria teoria”. No tocante a isto, Coscioni et al. (2018) afirmam que o planejamento das pesquisas deve contemplar os núcleos que compõem o modelo e a interrelação entre eles, elencando os processos proximais enquanto conceito central.

Nesse sentido, visando ilustrar as aproximações conceituais abordadas neste artigo, foi elaborada a Tabela 1, cujo objetivo é sistematizar os dados abordados à luz da TBDH, a partir da formação de Categorias bioecológicas relativas ao autismo e de exemplificações pertinentes a cada uma delas.

Tabela 1. Categorias bioecológicas relativas ao TEA que foram geradas a partir do modelo PPCT

Dimensões	Subdivisões	Exemplos relacionados a uma pesquisa com pais de crianças com TEA
<i>Pessoa</i>	-	Pai-Mãe-Criança com TEA, incluindo suas características e significações.
<i>Processo</i>	-	Interações entre as figuras parentais e a criança com TEA, em ambientes familiares, clínicos, escolares, envolvendo ou não situações de interação da criança com objetos e símbolos
<i>Contexto</i>	<i>Microssistema</i>	Ambientes familiares, escolares ou clínicos que contemplem relações proximais face a face entre as figuras parentais e a criança com TEA
	<i>Mesosistema</i>	Relações entre pessoas de microssistemas frequentados pelos pais da criança com TEA: relações pais-irmãos, família-escola, pais-amigos, escola-terapeutas, família-terapeutas, dentre outros.
	<i>Exossistema</i>	Ambientes sem a presença direta dos pais e que contemplam relações entre a criança com TEA e outras pessoas: escola do filho com TEA (relacionamento da criança com pares, professores, acompanhante terapêutico e outros profissionais da escola), as amigas da criança com TEA, salas de atendimentos terapêuticos e intervenções com foco na criança, entre outros.
	<i>Macrossistema</i>	Políticas públicas vigentes, leis em vigor, sistemas de governo, acesso a serviços, abordagem teórica das intervenções terapêuticas, filosofia da escola e influência da mídia, cultura ou subcultura, incluindo também as crenças, valores, ideologias e religião dos pais.
<i>Tempo</i>	<i>Microtempo</i>	Segundos, minutos ou horas de interação, de modo a considerar as continuidades e descontinuidades. Tais períodos de tempo podem ser representados, por exemplo, pelos horários das refeições, momentos de lazer (passeios, situações de brincadeira livre, etc),

Dimensões	Subdivisões	Exemplos relacionados a uma pesquisa com pais de crianças com TEA
	<i>Mesotempo</i>	auxílio dos pais nas atividades escolares da criança, participação da criança com TEA em festas de aniversário, tempo de deslocamento clínica-casa e vice-versa, entre outros. Frequência e extensão de tempo em termos de dias, semanas ou meses. Tais períodos de tempo podem ser representados, por exemplo, o processo diagnóstico do TEA, iniciação na vida escolar, férias escolares, período de gestação da mãe (incluindo o nascimento do(a) irmã(o)), hospedagem de parentes e amigos no ambiente domiciliar, entre outros.

Nota: e Baseada em Afonso, et al. (2015) e Lemos (2021). Elaborada pela autora principal desse artigo com os dados de sua dissertação sobre experiências parentais no cuidado a crianças com TEA

Lemos (2021) pontua que a elaboração desse tipo de tabela, torna possível visualizar como um pesquisador bioecológico pode ilustrar as quatro dimensões ou núcleos interdependentes que compõe o Modelo PPCT com o fenômeno que será estudado. Além disso, a autora destaca a relevância desta sistematização, uma vez que possibilita refletir sobre os procedimentos metodológicos, principalmente no que tange ao tipo de estudo e aos instrumentos que podem ser adotados. De acordo com Afonso et al. (2015), este deverá ser o primeiro passo a ser realizado em uma pesquisa bioecológica.

Embora ainda não exista uma literatura robusta de pesquisas que se propuseram a investigar o tema do autismo a partir de uma visão bioecológica, os estudos teóricos realizados por Melo et al. (2022) e Silva et al. (2016) e os de base empírica realizados por Fernandes et al. (2018), Lemos (2021) e Lemos et al. (2021), corroboram com essas ideias ao defender a identificação dos núcleos que compõe o Modelo PPCT: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.

Fernandes et al. (2018) pontuam que se faz necessário o estabelecimento de procedimentos e de instrumentos para a coleta e análise dos dados, tais como: observações acompanhadas de um detalhado por meio de diário de campo, levantamento da história de vida dos participantes e realização de entrevista. As referidas autoras também defendem a adoção da Inserção Ecológica proposta metodológica e técnica de coleta de dados desenvolvida por Ceconello e Koller (2003), uma vez que esta metodologia foi desenvolvida com base na TBDH e privilegia a inserção dos pesquisadores no ambiente de pesquisa com o intuito de estabelecer proximidade com o objeto de estudo e, favorecendo o alcance das respostas às questões de pesquisa.

Considera-se relevante assinalar a compreensão acerca das experiências parentais cotidianas e suas demandas na realidade de cuidados direcionados a crianças com TEA relacionada ao núcleo tempo, uma vez que defende-se nesse artigo a importância de buscar conhecer através do relato dos pais, informações importantes sobre a história de vida da pessoa diagnosticada com autismo, incluindo o surgimento dos sintomas, o processo diagnóstico, as intervenções terapêuticas utilizadas e a duração do tratamento, a vivência de episódios significativos do desenvolvimento no decorrer

dos anos, acompanhada por uma descrição de sua situação atual.

Para tanto, faz-se imprescindível, considerar as mudanças que acontecem no decorrer do tempo na dinâmica familiar e a nível individual referente aos membros que compõe a família, bem como as diferentes demandas familiares em função da idade e do nível de comprometimento do indivíduo com TEA. De modo específico, a influência do núcleo tempo está diretamente relacionada aos processos proximais e seus resultados, uma vez que são moldados pelas características pessoais (história de vida, personalidade, fatores biológicos) que por sua vez, repercutem na maneira como os indivíduos interagem com o seu contexto (Koller et al., 2020).

Portanto, frente ao que foi exposto sobre a relevância dos aspectos conceituais da TBDH para os objetivos deste estudo, notabiliza-se que tanto o Modelo PPCT como a técnica de Inserção Ecológica se constituem como perspectivas teórico-metodológica que refletem os avanços científicos e que tem o potencial de abranger as relações entre os sistemas fisiológicos, sociais, culturais e comportamentais. Perspectivas estas que contemplam de forma ampliada as pretensões e os objetivos estabelecidos neste estudo. Além disso, consideram as realidades não diretamente presentes, configurando-se assim como um diferencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível verificar que ao apresentar os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de modo a articulá-los às experiências parentais nos cuidados direcionados ao filho com TEA, demonstrou-se a relevância dessa proposta, uma vez que tem o potencial de auxiliar não apenas na compreensão acerca das experiências parentais e sobre o relacionamento pais-filho, mas também sobre o desenvolvimento infantil no contexto do autismo.

Nesse sentido, defende-se que para adentrar nas pesquisas sobre experiências parentais nos cuidados direcionados ao filho com TEA, torna-se imperativo considerar os múltiplos fatores que influenciam essas vivências. No entanto, como não é viável considerar e abranger todas elas em um único estudo, faz-se necessário

definir critérios de inclusão e de exclusão condizentes com os objetivos, justificativas e as hipóteses e cuja fundamentação esteja de acordo com o modelo teórico adotado. Em vista disso, acredita-se que a escolha da TBDH para este fim, pode favorecer a identificação de aspectos importantes relativos ao fenômeno estudado, que dificilmente seriam encontrados por meio de outras perspectivas teóricas.

Contudo, destaca-se que ainda são escassos os estudos que se propõe a investigar o tema do autismo a partir de uma visão bioecológica. Sugere-se, portanto, que sejam realizados futuros estudos que considerem esses fatores e que utilizem a TBDH. No tocante a isto, destaca-se a realização de estudo à nível de mestrado, que foi desenvolvido pela autora principal deste artigo com foco na análise de dados obtidos por meio de entrevistas e de ficha de caracterização aplicadas com mães de crianças com TEA. Cabe pontuar que o presente artigo é derivado dos pressupostos teórico-metodológicos abordados na referida pesquisa que recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio de Bolsa de Mestrado do Programa de Demanda Social/Edital Regulamento DS (unificado). Financiamento este que recebe os devidos agradecimentos por parte da autora principal.

De modo específico, defende-se que as pesquisas sobre experiências parentais nos cuidados direcionados a crianças com autismo, devem revelar aspectos da realidade vivenciada pelos pais, a partir de seus próprios discursos, visto que exercem um papel de extrema importância dentro do microsistema familiar, agindo sobre ele, influenciando e sendo influenciados por ele ao longo do desenvolvimento do filho com TEA.

Diante disso, ao considerar as famílias de crianças com diagnóstico de autismo, evidencia-se que a realização de estudos que adotam a perspectiva bioecológica fornece aos pais respostas importantes sobre a sua própria realidade e sobre os filhos com desenvolvimento atípico, consistindo em fontes de informações para que eles avaliem suas práticas parentais, considerando não apenas as dificuldades vivenciadas, mas também oferecendo elementos que possam auxiliar no processo de resiliência parental.

Por fim, acredita-se também que pesquisas com este enfoque subsidiem informações importantes para profissionais de diferentes áreas que realizam o acompanhamento de crianças com TEA, seja em contextos clínicos, multiprofissionais, ambulatoriais e educacionais de modo a enfatizar a importância de um acompanhamento que não seja centrado apenas na criança, mas que envolva e considere também a família como um todo.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua

Leonídia Aparecida Pereira da Silva, Nádia Maria Ribeiro Salomão e Fabíola de Sousa Braz Aquino

responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

L.A.P.S. desenvolveu a conceitualização, a investigação e a redação inicial e final do artigo; N.M.R.S. é responsável por orientar e revisar a escrita do artigo; F.S.B.A. é responsável por orientar e revisar a escrita do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

As autoras declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pela bolsa de mestrado da primeira autora (CAPES/Edital: PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL/Edital Regulamento DS (unificado), número do processo: 88887.617298/2021-00).

REFERÊNCIAS

- Afonso, T., Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R. & Koller, S. H. (2015). O uso do diário de campo e a inserção ecológica em uma família de uma comunidade Ribeirinha Amazônica. *Psicologia e Sociedade*, 27(1), 131-141. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p131>
- Associação Americana de Psiquiatria (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. (M. I. C. Nascimento, Trad.) (5a ed). Artmed. (Original publicado em 2013).
- Barbosa, J. S., & Sampaio, S. M. R. (2017). Família matrifocal: A experiência das crianças. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 22(1), 109-119. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170012>
- Bonfim, T.A., Giacon-Arruda, B.C.C., Hermes-Uliana, C., Galera, S.A.F., Marcheti, M.A. (2020). Vivências familiares na descoberta do Transtorno do Espectro Autista: implicações para a enfermagem familiar. *Rev Bras Enferm.*;73(6), 2-9. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0489>
- Borges, L. C., Salomão, N. M. R. (2015). Concepções de desenvolvimento infantil e metas de socialização maternas em contexto não urbano. *Estudos de Psicologia*, 20(2), 114-125. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20150013>
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In. S. L. Friedman & T. D. Wachs (Orgs.), *Measuring environment across the life span: emerging methods and concepts* (pp. 3-28). American Psychological Association Press
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793-828). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9780470147658.chpsy0114>

- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515–524. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300010>
- Chaim, M. P. M., B. C. Neto, S., P., Aminn y F., & Costa, V. E. S. M. (2020). Fenomenologia da qualidade de vida de mães de crianças autistas. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 26(2), 122-134. <https://dx.doi.org/10.18065/2020v26n2.1>
- Coscioni, V., Nascimento, D. B., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2018). Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. *Psicologia USP*, 29(3), 363-373. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170115>
- Dessen, M. A., & Costa Jr., Á. L. (2008). (orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras*. Artmed.
- Guisso, L. & C. C. L. Motta. (2020). Família, escola e transição ecológica: uma revisão integrativa da literatura nacional. *Psicologia em Revista*, 26(2), 605-623. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n2p605-623>
- Harrington, J., Patrick, P., Edwards, K. & Brand, D. (2006). Parental beliefs about autism: Implications for the treating physician. *Autism*, 10(5), 452-462. <https://doi.org/10.1177/1362361306066609>
- Hofzmann, R. R. et al. (2019). Experiência dos familiares no convívio de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Enfermagem em Foco*, 10(2), 64-69. <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1671/521>
- Jendrieck, C. O. (2014). Dificuldades encontradas pelos profissionais da saúde ao realizar diagnóstico precoce de autismo. *Psicologia Argumento*, 32(77), 153-158. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.32.077.AO09>
- Jones, L. Totsika, V. Hastings, R.P., Petalas, M.A. (2013). Gender differences when parenting children with autism spectrum disorders: a multilevel modeling approach. *Journal of Autism Development Disorder*, 43(9), 2090-2098. <https://doi.org/10.1007/s10803-012-1756-9>
- Koller, S. H., Raffaelli, M. & Morais, N. A. (2020). From Theory to Methodology: Using Ecological Engagement to Study Development in Context. *Child Development Perspectives*, 14(3), 157–163. <https://doi.org/10.1111/cdep.12378>
- Lemos, E. L. M. D. (2021). *Transtorno do Espectro Autista: um estudo sobre concepções familiares e interações entre irmãos* [Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba]. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21394?locale=pt_BR
- Lemos, E. L. M. D., Nunes, L. L., & Salomão, N. M. R. (2021). Grupo focal com mães de adolescentes com autismo à luz do modelo bioecológico. *Pensando famílias*, 25(2), 143-158. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200011&lng=pt&tlng=pt
- Londero, A., de Souza, A., Rechia, I., van Hoogstraten, A., & Franco, V. (2021). Adaptação parental ao filho com deficiência: revisão sistemática da literatura. *Interação em Psicologia*, 25(2). <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v25i2.60759>
- Machado, M. S., Londero, A. D., & Pereira., C. R. R. (2018). Tornar-se família de uma criança com transtorno do espectro autista. *Contextos Clínicos*, 11(3), 335-350. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.113.05>
- Mapelli, L. D., Barbieri, M. C., Castro, G. V. D. Z. B., Bonelli, M.A., Wernet, M., & Dupas, G. (2018). Criança com transtorno do espectro autista: Cuidado na perspectiva familiar. *Escola Anna Nery*, 22(4), 1-9. <https://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0116>
- Melo, S. C. de, Lima, C. B. de, Netto, N. B., & Fernandes, J. C. M. (2022). Bioecologia do autismo: uma análise dos relatos sobre as questões sociais que atravessam o desenvolvimento. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4154>
- Minatel, M. M., & Matsukura, T. S. (2014). Famílias de crianças e adolescentes com autismo: Cotidiano e realidade de cuidados em diferentes etapas do desenvolvimento. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 25(2), 126-134. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i2p126-134>
- Monhol P.P., Jastrow J.M.B., Soares Y.N., Cunha N.C.P., Pianissola M.C., Ribeiro L.Z., Santos J.A., Bezerra I.M.P. (2021). Filhos com transtorno do espectro autista: percepção e vivência das famílias. *Journal of Human Growth and Development*, 31(2), 224-235. <https://doi.org/10.36311/jhgd.v31.12224>
- Pereira, M. L., Bordini, D., & Zappitelli, M. (2017). Relatos de mães de crianças com transtorno do espectro autista em uma abordagem grupal. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 17(2), 56-64. <https://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v17n2p56-64>
- Pinto, R. N. M., Torquato, I. M. B., Collet, N. Reichert, A. P. S., Souza Neto, V. L. de, & Saraiva, A. M. (2016). Autismo infantil: Impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(3), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>

- Poletto, M., & Koller, S. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, 25(3), 405-416. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>
- Portes, J. R. M., & Vieira, M. L. (2020). Coparentalidade no contexto familiar de crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-17. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44897>
- Powers, M. & Faden, R. (2019). *Structural Injustice: Power, Advantage, and Human Rights*. Oup Usa.
- Rendon, D. de C. S., Salimena, A. M. de O., Amorim, T. V., Pava, A. do C. P. C., Melo, M. C. S. C. de, & Batista, B. L. V. (2019). Convivência com filhos com Transtorno do Espectro Autista: desvelando sentidos do ser-ai-mãe. *Revista Baiana de Enfermagem*, 33, e31963. <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.31963>
- Riccio, M. R. P. L., Hueb, M. F. D., & Bellini, M. (2021). Meu filho é autista: percepções e sentimentos maternos. *Revista da SPAGESP*, 22(2), 132-146. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200011&lng=pt&tlng=pt
- Santos, T. D. dos, Santos, D. R., Londero, A. D., & Souza, A. P. R. de. (2019) Luto e Reidealização na Clínica da Infância: Estudo de um Caso. *Distúrbios da Comunicação*, 31(2), 1-10. <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2019v31i2p207-216>
- Seibel, B. L., Falceto, O. G., Hollist, C. S., Springer, P., Luiza, C., Fernandes, C., & Koller, S. H. (2017). Rede de Apoio Social e Funcionamento Familiar: Estudo Longitudinal sobre Famílias em Vulnerabilidade Social. *Pensando Famílias* 21(1), 120-136. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100010
- Semensato, M. R., & Bosa, C. A. (2017). Crenças indicativas de resiliência parental no contexto do autismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33416>
- Sifuentes, M., & Bosa, C. A. (2010). Criando pré-escolares com autismo: Características e desafios da coparentalidade. *Psicologia em Estudo*, 15(3), 477-485. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/98805>
- Silva, L. A. P. (2023). *Experiências parentais na criação de crianças com Transtorno do Espectro Autista* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba]. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30214>
- Silva, M. L. I., Vieira, M. L., & Schneider, D. R. (2016). Envolvimento paterno em famílias de criança com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 36(90), 66-85. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2016000100006&lng=pt&tlng=pt
- Silva, S. C., & Dessen, M. A. (2014). Relações familiares na perspectiva de pais, irmãos e crianças com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(3), 421-434. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300008>
- Weissheimer, G., Mazza, V.A., Santana, J.M., Ruthes, V.B.T.N.M., Freitas, C.A.S.L. (2021). Demandas de informações das famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Rev Bras Enferm.*, 74(5), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0642>

Data de submissão: 11/10/2022

Primeira decisão editorial: 14/08/2023

Aceite: 04/09/2023